recendo, assim, a ampliação das habilidades e competências na condução do processo educacional de seus alunos.

Baseado no exposto, pode-se dizer que esse estudo teve como objetivo explicar a importância da neuropsicopedagogia na compreensão da estrutura e funcionamento cerebral para desvendar o mistério das dificuldades ou distúrbios de aprendizagem escolar apresentada pelos aprendizes. Podemos perceber a importância de relacionar os conhecimentos científicos da neuropsicopedagogia com os problemas de aprendizagem que encontramos no dia a dia, pois embasam e dão subsídios necessários para organizar um processo de avaliação mediante instrumentos adequados para diagnosticar e intervir nos casos de dificuldades de aprendizagem que são de causas diversas. Por outro lado, leva em consideração nessa avaliação, a esfera emocional que intervém no desenvolvimento da aprendizagem, pois afetividade e aprendizagem são conceitos intimamente relacionados e dependentes para a ocorrência do desenvolvimento normal da aprendizagem.

O emprego de testes área da aprendizagem é relevante, visto que diversos componentes cognitivos estão envolvidos nesse processo. A avaliação no contexto da detecção de dificuldades de aprendizagem precisa ser melhor aprofundada quantitativa e qualitativamente, visto que a interpretação de seus resultados ainda é realizada de maneira insuficiente. Os resultados contribuirão para os processos de intervenção na reabilitação de dificuldades de aprendizagem, sempre com abordagens interdisciplinares.

Através da Neuropsicopedagogia, elege-se os instrumentos para avaliação fundamentado na sua experiência e deve ter consciência de que os testes não são absolutos. A interpretação exige conhecimento de aspectos cognitivos e afetivos e de fatores que possam interferir em uma tarefa. O professor deve estar ciente da complexidade de cada função e das formas de avaliá-las, aprofundando seus estudos sobre o funcionamento cerebral e as diversas patologias do sistema nervoso central, analisando resultados quantitativos e qualitativos detalhados e estudos das funções intelectuais, permitindo que se faça a relação entre função/disfunção e área cerebral. Com essa análise será possível contribuir com recomendações e condutas ao programa de reabilitação da criança e adolescente corroborar a investigação clínica.

Concluindo, a exigência para uma avaliação se institui devido ao fato de as pessoas mostrarem recursos cognitivos e adaptativos insuficientes e/ou escassos para o manejo da vida acadêmica, profissional e social e também pelo fato de as pessoas exibirem modelos de disposição diferentes de suas funções mentais ou discrepantes do tradicional.

É imprescindível desenvolver mais pesquisas nessa área relacionando os conceitos importantes que explicam a relação entre eles no desenvolvimento da aprendizagem de crianças que apresentam perturbações que modificam seu desenvolvimento integral e que sucessivamente intervêm em seu desenvolvimento cognitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. S. de.- Psicopedagogia Clínica: Manual de Aplicação Pratica para Diagnóstico de Distúrbios do Aprendizado - São Paulo - Póluss Editorial, 1998, p. 31 – 64

BOSSA, N. A. - A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática - Porto Alegre - Artmed, 2000, p. 35-61.

Iván Izquierdo - Memória - 2002 Editora: Artmed

APARECIDA, Capellini Simone/SILVA, Cláudia da/ PINHEIRO, Fábio Henrique - Tópicos em transtornos de aprendizagem - 2011 - Editora Pulso Editorial

ROTTA, Lygia Ohlweiler/ RIESGO, Rudimar dos Santos - TRANSTORNOS DA APRENDIZAGEM: Abordagem neurobiológica e multidisciplinar – 2006 - Editora Artmed

EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO E CIDADANIA

BERNARDINO JUNIOR BARRETO DE OLIVEIRA

RESUMO

Este artigo cujo tema tratou a Educação inclusiva como um instrumento responsável pela socialização e cidadania do indivíduo inserido no grupo das minorias teve como objetivo coletar dados que se caracterizassem como boas práticas inclusivas em nível de gestão, docência e participação colaborativa entre a comunidade escolar como um todo, analisá-los para produzir material didático que pudesse servir de base e auxílio no processo de ensino-aprendizagem a um público cujas dificuldades não permitem um desenvolvimento psicossocial saudável. Utilizando o método qualitativo na coleta de dados, almejou conhe-

cer a real situação das escolas brasileiras no aspecto da inclusão, uma vez que lacunas nas informações não comprovam a efetiva eficiência das ações nas escolas públicas frente ao problema.
PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Docência; Realidade;

ABSTRACT

This work theme treated Inclusive Education as a responsible instrument able to socialize and promote citizenship for the individual minority group, aiming to insert him on the society, making possible social problem overcoming. This research looked for inclusive and good practices on management, teaching and a collaborative participation of the school community as a whole, trying to analyze them, so that these data could be transformed into a courseware as base and help to the learning-teaching process. The target of this article was the less economically favored; discriminated person by race, religion color and some kind of difference or disease whose difficulties do not allow them a health psycho-social development. Using a qualitative method in the data collection, it was expected really to know the real inclusive situation on the Brazilian schools once it is known about the gaps in this sense that not give us an exactly comprovation action on our public schools face the problem.
KEYWORDS: Inclusion; Teaching; Reality.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisa no Portal de Educação (2007) nos aponta que a Educação brasileira, tem apresentado um esforço conjunto com diversas instituições e países no intuito de engajar alunos considerados como minorias, espalhados pelas salas de aula do país, sujeitos à exclusão no setor. Exemplificando, temos um projeto do MEC[1] brasileiro juntamente com MERCOSUL[2], além do apoio da UNESCO[3] no sentido diminuir a evasão, a repetência e o desestímulo dessa parcela de discentes que não apresentam o interesse e/ou entendimento necessário para cumprir metas, objetivos no campo educacional das escolas públicas brasileiras
O setor da Educação é preocupação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que garante no seu capítulo II, artigo 6, a educação como direito social de todos os cidadãos e dedica o capitulo 3, integralmente ao aspecto educação, como forma de desenvolvimento da pessoa, em função da cidadania e do trabalho. Da mesma forma, tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 quanto ao Plano Nacional da Educação garantem a inserção de alunos especiais no ensino regular.
Essa pesquisa buscará elucidar a questão do processo de inclusão e analisará suas principais ações, eficiência e coerência com a realidade escolar brasileira frente ao tema, fator preponderante na escolha da linha de pesquisa: Educação Inclusiva.

Apesar do grande empenho no aspecto de incluir aqueles que de certa forma sofrem discriminações de toda ordem, e não apresentam um desenvolvimento educacional satisfatório, o problema de pesquisa se apresenta na forma de indagar se todo esse aparato que tem servido de base a inúmeros projetos e formação continuada de docentes é excessivamente teórico e como tal apresenta-se sem solução efetiva na questão da repetência e evasão escolar. A pergunta é: na prática gestacional e docente há um resultado real no sentido de minimizar o problema? A inclusão das minorias representada por alunos economicamente desfavorecidos, de diversidades étnico-culturais; transgêneros, ou com necessidades especiais realmente acontece a contento nas nossas escolas públicas? Estará a comunidade escolar coesa e participante no sentido de lutar e apoiar os profissionais e alunos nesse intuito construindo um projeto político pedagógico pertinente?

Toma-se ciência de estatísticas e da divulgação de boas práticas nesse sentido de forma teórica. Até que ponto essas metas são realmente atingidas é o escopo desse estudo. A delimitação do tema encontra-se na localização da amostra que pode não abranger todas as regiões do Brasil e ao campo de investigação, limitando-se apenas a escolas públicas brasileiras no período de 2006 a 2020 através de material de pesquisa em documentos legais.

A hipótese que se delineia nesse caso é que documentos retratam uma situação positiva quanto à inclusão, todavia, talvez a realidade prática seja outra.

[1] Ministério da Educação e Cultura.
[2] Mercado Comum do Sul. Bloco econômico sula-americano que envolve Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.
[3]Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura. (United Nations Educational, Scientific an Cultural Organization.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se em um momento em que tanto se fala em inclusão, projetos de toda à sorte, exercício e prática didática voltada a este tema, e ao mesmo tempo, paradoxalmente como afirmam Zerbato; Mendes, (2018), verifica-se baixo rendimento, altos níveis de repetência e evasão escolar. Muitas ações se voltam para essa temática, entretanto a inclusão não depende exclusivamente do professor, mas sim, de um processo colaborativo entre os profissionais da equipe escolar, comunidade e administração pública. Podemos verificar através da literatura e da própria experiência na área da Educação, que algo mais concreto precisa ser feito para que a inclusão aconteça na realidade e não apenas em relatórios que podem não condizer com o que acontece em muitas escolas públicas brasileiras.

O trabalho conjunto é essencial. Contudo necessita-se de uma pesquisa que esclareça sobre as práticas e inovações voltadas para a inclusão, os resultados reais que essas ações alcançam sobre as minorias, para que os educadores possam ter um norteador que os leve ao êxito como ponto de partida e engajamento destes alunos.

A partir de 2005, durante a universalização do ensino, o projeto brasileiro Educar na Diversidade, do Ministério da Educação (2003, 2005, 2006) em parceria com o MERCOSUL e UNESCO iniciou sua atuação oferecendo oficinas, material didático para formação inicial e continuada de professores, exemplos de planos de aula inclusivos, reformas e adaptações nas escolas, entre outras. O referido projeto propõe a formação de multiplicadores para perpetuar sua ação em escolas públicas e toma como base o processo cooperativo entre todos os envolvidos. A intenção é boa, porém percebe-se claramente que não há uma presença constante, uma divulgação e acompanhamento destes projetos em toda a rede pública, nem tampouco o apoio ao educador ou à escola neste sentido por parte do estado.

Essa pesquisa será oportuna e poderá ajudar tanto gestores como professores a proporcionar a alunos de alguma forma desfavorecidos, uma condição melhor no segmento da educação, oferecendo concretamente um desenvolvimento psicossocial, que contemple a capacitação para o trabalho e para a cidadania. E que possamos evidenciar a coerência e a relação entre o discurso teórico e a prática.

1.2 OBJETIVOS

GERAL

Coletar, analisar dados como forma de obter informações concretas da situação real no aspecto de inclusão de minorias dentro das escolas públicas brasileiras, bem como a respeito de uma formação específica nesta área com o intuito de proporcionar praticidade, eficiência e colaboração ao educador inclusivo.

ESPECÍFICOS:

* Levantar dados importantes de ações inclusivas realizadas, voltadas para o público-alvo,

*Pesquisar principais técnicas didáticas que vêm sendo empregadas nas escolas públicas brasileiras em relação à inclusão, sua relação com o projeto político pedagógico elaborado por esses estabelecimentos de ensino.

*Relacionar dados de resultados positivos de caráter inclusivo expostos em documentos à realidade presente na sala de aula.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Chizzotti (2015), alerta em seus estudos acerca da alta produtividade de projetos de mestrado stricto sensu e questiona a respeito da real utilidade e qualidade da maioria deles. Afirma, com embasamento nas avaliações da Capes que apesar de serem pontuados com notas satisfatórias, esses trabalhos têm sido usados para promover interesses particulares de universidades, pesquisadores e evidencia certa concorrência entre áreas do conhecimento e por essa razão os projetos apresentam falta de veracidade, principalmente aqueles que utilizam o método quantitativo. Ao mesmo tempo, o autor elege como fator positivo os estudos da área da educação que se baseiam em evidências científicas.

Segundo Chizzotti; Ponce (2010) apud Chizzotti (2015), ocorre também a proliferação do escritor fantasma, aquele que assume o trabalho de outrem, transformando a ciência em um verdadeiro fast food, querendo significar produto sem valor.

.Este estudo procurará, na medida do possível, seguir a linha das evidências através do apoio da literatura oferecida e pesquisada, da análise de fatos científicos adotando o método dedutivo, qualitativo na coleta de dados por oferecer maior liberdade de análise e reflexão sobre as informações à luz da bibliografia pesquisada e tomará como base: artigos científicos,

trabalhos acadêmicos, documentos, estudos de caso, livros, projetos e sites acadêmicos encontrados na internet, relacionados ao tema.

3 DESENVOLVIMENTO

A partir do momento em que a legislação da educação do país insere nas escolas de ensino regular, pessoas cujas diferenças individuais, revelam-se como uma barreira de aprendizagem e desenvolvimento, uma premissa nos apresenta através da pesquisa de que a escolha da literatura será essencial e deverá definir basicamente o que é o tema inclusão, como ele é tratado até o momento presente, tema ilustrado por uma vasta fonte referencial a ser consultada.

Estudo realizado por Viralonga; Mendes, (2014), apresenta-se como bastante relevante quanto ao tema quando inicia afirmando que a questão da inclusão sempre virá à tona, uma vez que o problema que a envolve é complexo, a avaliação do trabalho realizado neste sentido por parte das escolas apresenta lacunas quanto a real aprendizagem e à aceitação dessas pessoas na escola pública. Além disso, a formação especial destinada ao professor regular não é satisfatória para que alcance tão complicado objetivo, uma vez que não há momentos e espaços de interação entre esse professor e o especialista que com ele trabalha cujo público lhe demanda muito tempo, fato que não lhe possibilita atuar colaborativamente, não ocorrendo nesse caso, a tão desejada e necessária sintonia. Somam-se ainda a essa pesquisa os estudos de casos envolvendo professores especialistas em trabalho conjunto com educadores regulares e alunos especiais com descrição de ações e análise de resultados obtidos.

Dados não menos importantes nos revela Zerbato; Mendes, (2018), em artigo publicado na Revista Unisinos ao citar a necessidade da atuação colaborativa e conjunta da escola aliado a uma estratégia para alunos especiais: o DUA (Desenho Universal para Aprendizagem). O sistema que nasceu nos Estados Unidos apresenta-se como auxílio educacional no caso de alunos especiais, oferecendo ainda a vantagem de facilitador do trabalho didático, uma vez que pode ser usado também para alunos regulares.

A obra Rethinking Disability: A Disability Studies approach to Inclusive Practices de Valley; Connor apresenta-se como elucidador das incapacidades sob um novo prisma e oferece práticas inclusivas para alunos especiais enquanto dá suporte a educadores que ingressam em sua carreira, fornecendo-lhes os subsídios necessários para o desenvolvimento de seu trabalho.

Conforme nos aponta Bonetti, (2013), até o momento, o tema inclusão continua ainda sendo tratado no aspecto de um direito adquirido, com todo o aparato legal na LDB, porém não se apresenta como realidade, uma vez que toda a escola e comunidade devem sofrer mudanças estruturais, colaborativas e de participação coletiva, o que infelizmente não tem ocorrido como regra geral. Neste prisma, não há tratamento especial, e sim, uma uniformização para todo o público-escolar, o que se apresenta como medida ineficiente ante a questão da inclusão.

O principal problema se revela na formação inicial do professor que não se mostra competente para a prática inclusiva e que segundo Vitaliano, (2007) apud Tavares, Santos e Freitas em entrevista com professores foi ressaltada essa ausência que não proporciona um bom desempenho didático. Na mesma pesquisa, Sant'Ana, (2005), aponta a declaração de docentes, gestores e equipe pedagógica que afirmam despreparo para lidar com o problema da inclusão.

Dado ao caráter da pesquisa, este estudo objetiva produzir após levantamento de dados e análise de procedimentos necessários e pertinentes ao processo de educação inclusiva, material didático de qualidade que possa servir de base ao processo, no intuito de amenizar a evasão escolar, discriminação excludente e repetência.

São inúmeras as propostas de trabalho inclusivo na literatura específica, porém, resultados positivos nesse sentido são mais teóricos do que práticos. Entrevista realizada por Borges; Paini, (2016) com professores de uma escola apontaram os seguintes resultados:

Diagnóstico de dificuldades na entrevista inicial

Já lecionou para alunos com necessidades especiais?

Foi consultado sobre a inserção do aluno em sua turma ou avisado de que na turma em que escolheu havia um aluno...

.

Houve necessidade de fazer alguma adaptação em sua metodologia de ensino para favorecer o processo de...

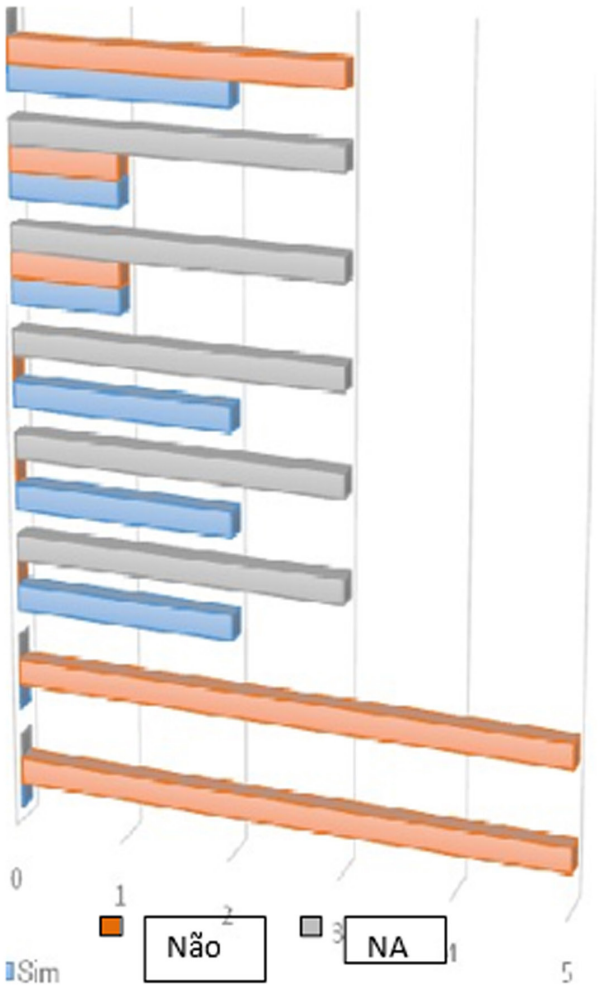
Sentiu dificuldades ou dúvidas em relação a como ensiná-lo?

Sentiu dificuldades em relação a como se comunicar com ele?

Sentiu necessidade de receber informações ou orientações para lidar com esse aluno?

Considera que tem conhecimentos suficientes sobre a política educacional inclusiva e suas implicações?

Considera que tem conhecimentos suficientes para incluir alunos com NEE nas atividades acadêmicas que..



*NA - sem atuação docente

Fonte: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo

Quanto ao Projeto Político Pedagógico que seria a pedra fundamental para planejar, traçar caminhos para alcançar a verdadeira inclusão dos alunos com necessidades especiais como nos indica Malheiros, (2014), não se concretiza na prática, pois não se percebe mudança da atitude didática e as escolas apenas acolhem os alunos especiais, entretanto, continuam conteudistas, segregadoras e muito voltadas a atitudes conservadoras tradicionais.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo procurou pelos aspectos relevantes e pertinentes ao tema inclusão buscando alcançar os objetivos propostos na Introdução, enfatizando a relação necessária entre teoria e prática pedagógica, o que viria a favorecer grupos minoritários nas escolas públicas, cujas peculiaridades não permitem um desenvolvimento adequado, se os envolvidos não forem tratados de forma especial.

Verifica-se pelos dados obtidos, desenvolvidos por vários autores a respeito do assunto, que o processo de educação inclusiva deixa muito a desejar, não contemplando os reais interesses desta parcela da sociedade e que a teoria realmente existe, porém, não é praticada ou é muito pouco praticada.

Neste aspecto, verificamos que há uma vasta legislação que ampara a todos os casos e garante o acolhimento destes discentes no ambiente escolar, regulamentações que não são apenas de ordem nacional como a Constituição brasileira e a LDB, mas de caráter internacional. Entretanto, se buscaram dados a respeito do tema no sentido de delinear um painel de como se apresenta a ação inclusiva nas escolas brasileiras, para análise e produção de material de orientação a profissionais e especialistas em Educação.

A despeito de material específico de qualidade produzido pelo estado em formação continuada, há lacunas que permeiam a Inclusão; encontramos dados sobre a formação inicial do professor que se apresenta muito aquém das exigências didáticas que o caso requer; não se trata apenas de acolher alunos nas escolas, porém, fazer a diferença, propiciar alguma forma de interação que os auxilie a realmente pertencerem e interagirem positivamente, sob os aspectos humano e de aprendizagem.

As mudanças efetivas, o preparo cuidadoso no aspecto da Inclusão, realmente não têm acontecido de forma eficiente, uma vez que as políticas públicas disponibilizadas não se mostram adequadas; os professores não se sentem seguros para lidar com o problema, não há uma comunicação efetiva entre o especialista contratado e o professor da sala, motivada pela superlotação desses ambientes e a carga horária exacerbada da jornada docente.

Há boa-vontade, contudo; educadores que se desdobram com a intenção de ajudar, encaminhamentos à sala de recursos não disponíveis na escola, todavia, uma série de contradições não permite que um projeto político pedagógico seja desenvolvido a contento. As técnicas científicas são produtivas quando postas em prática, de que vale existirem se não são abrangentes significativamente?

Há falta de materiais de primeira necessidade e as adaptações físicas acontecem em alguns estabelecimentos. Em entrevista realizada em uma amostra com professores da rede evidencia-se que é gritante a carência dos docentes tanto quanto à própria política educacional inclusiva como a falta de preparo para lidar com o problema, revelando que a comunicação é praticamente nula entre o aluno especial e o professor e que não há uma interação didática eficiente decorrente disso.

É possível que um ou outro estabelecimento educacional alcance os objetivos da Inclusão, porém o fato não é comum à maioria deles. Quanto ao aspecto de colaboração e aceitação do aluno especial pela comunidade escolar não foram encontrados dados substanciais que elucidassem essa questão.

A conclusão a que se chega é que mudanças urgentes mostram-se necessárias nesse caso: políticas públicas, verbas, revisão da montagem da sala de aula com menor número de alunos, melhor remuneração aos docentes e menos carga de trabalho, seriam formas eficientes de colocar em prática projetos pedagógicos maravilhosos que permanecem apenas no papel, sem resultado real algum.

Acredita-se que os objetivos deste trabalho foram alcançados e embora a amostra não seja ampla, mostra-se bastante representativa no aspecto inclusivo de nossas escolas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETTI, Lindomar Wessler. A igualdade na diferença – vicissitudes das políticas públicas de educação inclusiva. In: FIGUEIREDO, R. V. de; BONETI, L. W. ; POULIN, J-R. Novas luzes sobre a inclusão escolar. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BORGES, Marilene Lanci; PAINI, Leonor Dias. A educação inclusiva: em busca de ressignificar a prática pedagógica. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Artigos, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/20 16_artigo.

CAPELLINI, V. L. M, 2001; SANTOS, N. A. S, 2002; ROSA, L.C.S, 2003 apud
VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino Colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores. Estudos RBEP. Ver. Bras. Est. Pedag. (online), Brasília, vol. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf. Acesso em: 25. ago. 2020.

CAPELLINI, V. L. M. F. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2001.

CHIZZOTTI, A.A. A pesquisa educacional e o movimento "pesquisas científicas baseadas em evidências". Praxis educativa, Ponta Grossa, vol. 10, n. 2, p.329-342, jul./ dez., 2015. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/ojs_new/in-